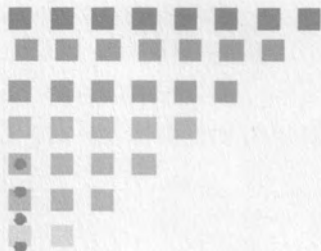




BINAH AUDITORES INDEPENDENTES



Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento
Tecnológico em Saúde Coletiva

CEPESC

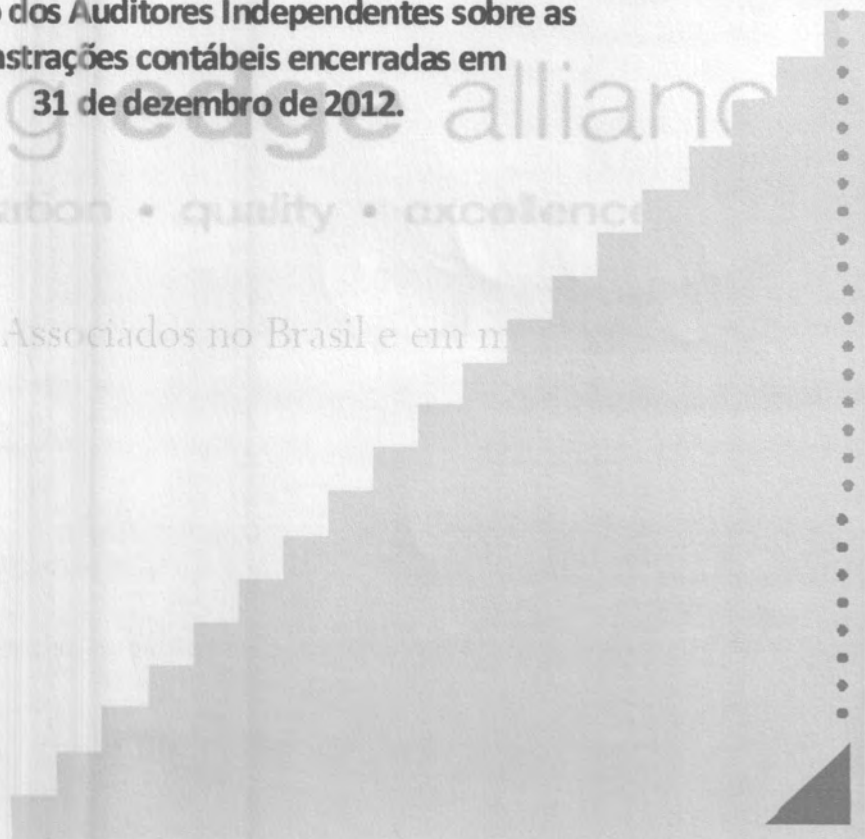
global

Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações contábeis encerradas em
31 de dezembro de 2012.

leading edge alliance

innovation • quality • excellence

Net Work com Associados no Brasil e em m



Binah Auditores - Membro Leading Edge Alliance
Rua Visconde de Inhaúma, 134 GR. 1022 / 1023
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel. 55+ (21) 2253-5443 CVM nº. 1165-7
www.binahauditores.com.br

Network - firmas membro
São Paulo - SP - Vila Mariana
Fortaleza - CE - Aldeota
Curitiba - PR - Centro
www.LeadingEdgeAlliance.com

**Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Coletiva
CEPESC.**

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

CONTEÚDO:

1) Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.

2) Demonstrações contábeis de 2012 comparadas com 2011:

⇒ **Balanço patrimonial;**

Net Work com Associados no Brasil e em mais de 190 países

⇒ **Demonstração do superávit/déficit do exercício;**

⇒ **Demonstração das mutações do patrimônio social;**

⇒ **Notas explicativas das demonstrações contábeis de 2012 comparadas com 2011**



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores do
Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Coletiva CEPESC.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos o balanço patrimonial do Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Coletiva CEPESC, atual denominação do Centro de Estudos e Pesquisas em Saúde Coletiva CEPESC em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit do exercício e das mutações do patrimônio social correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito de valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do CEPESC para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis citadas no primeiro parágrafo, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Coletiva CEPESC, atual denominação do Centro de Estudos e Pesquisas em Saúde Coletiva CEPESC em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações, das mutações em seu patrimônio social para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das normas internacionais de relatório financeiro.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

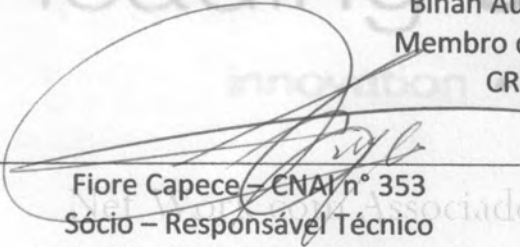
Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram auditados por outros auditores e no parecer de 09 de outubro de 2012 não apresentava modificações.

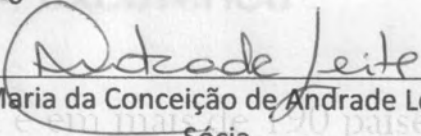
Outros assuntos

Apesar de concluídos os serviços de auditoria nesta data, tomamos conhecimento da regularidade da instituição com base no balancete de maio de 2013, não auditado.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2014.

Binah Auditores Independentes
Membro da Leading Edge Alliance
CRC RJ 005.414/O-0


Fiore Capece - CNA nº 353
Sócio - Responsável Técnico
Contador CRC SP 053160/O-0-T-RJ


Maria da Conceição de Andrade Leite
Sócia
Contador CRC RJ 101.915/O-1



CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SAÚDE COLETIVA - CEPESC
CNPJ 31.104.896/0001 - 82

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

ATIVO	2012	2011
ATIVO CIRCULANTE	12.600.356,11	6.333.315,63
DISPONIBILIDADES	5.914.006,84	6.332.051,35
CAIXA GERAL	487,44	487,44
BANCO CONTA MOV.	223.557,94	233.757,19
APLIC. FINANCEIRA	5.266.774,43	6.097.806,72
APLIC. FINANCEIRA	423.187,03	-
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	6.686.349,27	1.264,28
VALORES A RECEBER		
SUBVENÇÃO A RECEBER	6.391.964,80	-
ADIANTAMENTOS		
ADIANT. DE PARC. RECEITA FEDERAL	1.264,28	1.264,28
RECURSO DE PROJETOS		
RECURSO P/ APLIC. EM PROJETOS	293.120,19	-
ATIVO PERMANENTE	124.740,82	
IMOBILIZADO	122.658,44	
MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS	16.936,13	-
EQUIPS. PROC. ELET. DE DADOS	62.475,31	-
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	43.247,00	-
IMOBILIZADOS DE TERCEIROS	2.082,38	
BENS DE TERCEIROS UERJ	2.082,38	-
TOTAL DO ATIVO	12.725.096,93	6.333.315,63

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SAÚDE COLETIVA - CEPESC
CNPJ 31.104.896/0001 - 82

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	12.959.405,27	6.413.199,31
OBRIGAÇÕES PREV. A RECOLHER	32.035,81	25.049,92
CONTAS A PAGAR	1.788,65	1.642,13
SUBVENÇÃO A REALIZAR	6.391.964,80	-
PARCELAMENTOS A PAGAR	44.387,12	59.845,64
RECURSOS DE PROJETOS		
REC. DE PROJETOS	6.489.228,89	6.326.661,62
PATRIMÔNIO SOCIAL	-234.308,34	-79.883,68
SUPERÁVIT OU DÉFICIT ANTERIOR	-79.883,68	-57.927,33
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	-279.165,48	-
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	124.740,82	0,00
SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADO	-234.308,34	-79.883,68
TOTAL DO PASSIVO	12.725.096,93	6.333.315,63

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Net Work com Associados no Brasil e em mais de 190 países



CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SAÚDE COLETIVA - CEPESC
CNPJ 31.104.896/0001 - 82

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVA LEGAL	SUPERÁV/DÉFICIT ACUMULADO	SOMA
MOVIMENTAÇÕES				
Saldo em 31/12/2011	-	-	57.927,33	57.927,33
Déficit do Exercício	-	-	21.956,35	21.956,35
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	79.883,68	79.883,68
Déficit do Exercício	-	-	279.165,48	279.165,48
Ajuste de Saldo	-	-	124.740,82	124.740,82
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-	234.308,34	234.308,34

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis


global
leading edge alliance
innovation • quality • excellence

Net Work com Associados no Brasil e em mais de 190 países



CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SAÚDE COLETIVA - CEPESC
CNPJ 31.104.896/0001 - 82

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL		
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	1.012.091,75	835.825,92
TOTAL DAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.012.091,75	835.825,92
DESPESAS		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.286.372,23	856.910,61
DESPESAS FINANCEIRAS	4.885,00	871,66
TOTAL DAS DESPESAS	1.291.257,23	857.782,27
DÉFICIT OPERACIONAL LÍQUIDO	-279.165,48	-21.956,35

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Net Work com Associados no Brasil e em mais de 190 países



CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SAÚDE COLETIVA – CEPESC
CNPJ 31.104.896/0001 - 82

NOTAS EXPLICATIVAS CEPESC EXERCÍCIO DE 2012

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O CEPESC - Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva é uma entidade civil, sem fins lucrativos, sem cor política ou religiosa, considerada como Utilidade Pública, conf. Lei nº 3337 de 04 de abril de 2000. Tem por finalidade promover estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos relativos à área de saúde coletiva; facilitar a cooperação entre os pesquisadores da área de saúde coletiva, e a difusão do conhecimento científico; ministrar ou patrocinar cursos e treinamentos, podendo conceder bolsas de fomento para pesquisadores, iniciação à docência, aperfeiçoamento técnico e estágio de capacitação em serviço para trabalhadores da saúde e afins, aprovados pela diretoria do CEPESC; realizar seminários, encontros e congressos com temas relacionados à saúde coletiva; publicar boletins, periódicos ou livros sobre os temas de saúde coletiva, podendo comercializá-los; colaborar e atuar em programas de intercâmbio com associações congêneres; desenvolver e aplicar metodologias e técnicas de gestão em sistemas e serviços de saúde, podendo selecionar e contratar prestadores de serviços e fornecimento de materiais para os que administre; prestar consultoria, assessoria e outros serviços correlatos; participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, mediante contrato de direito público ou convênio; organizar e executar cursos em associações com instituições reconhecidas de ensino na área da saúde. O CEPESC, em suas atividades, não faz discriminação de etnia, gênero, orientação sexual e religiosa, bem como a portadores de deficiência.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil e, em atendimento às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.121/08, que aprovou a NBC T 1 - Estrutura Conceitual para Elaboração das Demonstrações Contábeis e a Resolução CFC nº 1409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro dos componentes e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem fins lucrativos. Tendo como parâmetro a convergência com as Normas Internacionais e a Resolução 1.121/08, a Entidade se baseou em pressupostos básicos para a estrutura conceitual para a elaborar e apresentar as demonstrações contábeis no Princípio da competência, continuidade, relevância, confiabilidade e comparatividade.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Aplicações de Liquidez imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;



b) Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

c) As Despesas e Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

d) Apuração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o Princípio de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

e) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

4 – BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO CIRCULANTE:

Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa:

a) A conta Caixa registra o saldo da movimentação diária, de acordo com o boletim do último dia útil do referido exercício social. A conta Bancos Conta Movimento representa o somatório dos saldos das diversas contas correntes, todas devidamente e regularmente conciliadas.

b) Encontram-se também aplicações financeiras, oriundas em sua maioria de convênios governamentais, com recursos do Ministério da Saúde, após aprovação de planos de trabalho, com verbas repassadas do Orçamento da União, provenientes de emendas parlamentares individuais. Essas verbas, além de detalhadas prestações de contas, são acompanhadas e auditadas por técnico do Ministério da Saúde. Esses recursos são bloqueados por serem valores de convênios governamentais com classificação de subvenções públicas e só podem ser alocados no cumprimento do objeto dos respectivos convênios governamentais, de acordo com os planos de trabalhos aprovados pelos órgãos concedentes. Estes recursos serão aplicados de acordo com os planos de trabalhos e as compras através de processo de licitação de acordo com a Lei 8.666, de 21/06/1993.

Net Work com Associados no Brasil e em mais de 190 países
Nota 02 - VALORES A RECEBER - Neste grupo encontra-se os valores das Subvenções com Projetos a Receber estando detalhados individualmente.

Nota 03 - ADIANTAMENTOS - Neste grupo se refere o parcelamento no âmbito Federal.

Nota 04 – RECURSOS DE PROJETOS - Encontra-se detalhadamente as aplicações com Projetos a Realizar, dentro do âmbito dos referido projetos ativos.

Nota 05 - IMOBILIZADO - Os componentes do ativo imobilizado estão avaliados ao custo de aquisição ou construção, deduzidas as respectivas depreciações, calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica, conforme Instrução Normativa SRF nº 162/1998, bem como Resolução nº 1.177, de 01/01/2010, do Conselho Federal de Contabilidade. Também estão contidos bens de terceiros. Os equipamentos utilizados no CEPESC advêm de concessões de entidades de fomentos, que no período de execução do projeto os disponibilizam para serem usados em favor da pesquisa; terminada a vigência dos projetos os mesmos são doados à Universidade Estadual do Rio de Janeiro, no entanto permanece na sede do CEPESC como concessão de uso.



PASSIVO CIRCULANTE

Nota 06 - OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIOS A RECOLHER – Neste grupo decorrem os valores provenientes das obrigações previdenciárias retidas e da parte do empregador a pagar no mês seguinte.

Nota 07 – SUBVENÇÕES A REALIZAR - Neste grupo encontra-se os valores das Subvenções com Projetos a Realizar estando detalhados individualmente,

Nota 08 - RECURSOS DE PROJETOS - Neste grupo encontra-se todo o valor dos recursos destinados de cada projetos deduzidos dos valores aplicados em cada um totalmente desmembrados como despesas classificadas.

Nota 10 - PATRIMÔNIO SOCIAL - O Patrimônio da Instituição apresenta-se negativo, estando ajustado por ajustes de exercício anteriores e o resultado do exercício.

Nota 11 - DÉFICIT DO EXERCÍCIO - O déficit do exercício de 2012, no montante de R\$ 279.165,48 será incorporado ao Patrimônio Social, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução 877/2000, que aprovou a NBC T 10.19 em especial no Item 10.19.2.7, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não aprovado pela assembléia dos associados e, após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta do Patrimônio Social.

Nota 12 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – Decorre do registro no ativo imobilizado de bens doados anteriormente e que não haviam sido contabilizados e foram regularizados neste exercício.

5 – DETALHAMENTO DAS CONTAS PATRIMONIAIS

A – RECURSO P/ APL PROJETOS/CONV- INTERNACIONAIS

Os Projetos / Convênios de caráter INTERNACIONAL são:

SEXUALIDADE E CULTURA	135,00
CLAM III/CLAM IV	9.815,94
RESERVA KENNETH	208,61
PAHEF	96,33
TOTAL	10.255,88

B – RECURSO P/ APL EM PROJETOS/CONVÊNIOS – PRIVADOS

Os Projetos / Convênios de caráter PRIVADO são:

FUND. ATAULFO DE PAIVA	618,08
GEAP	8.822,61
LIVRO ROSENI	202,95
SEMINÁRIO MADEL	4.493,63
CARTOGRAFIA	5.101,68
TOTAL	19.238,95

C – RECURSO P/ APL EM PROJETOS/CONVÊNIOS – MISTO

Os Projetos / Convênios de caráter MISTO são:

PETROBRAS II	13.413,27
TOTAL	13.413,27

**D – RECURSO P/ APL EM PROJETOS/CONVÊNIOS – PÚBLICO**

Os Projetos / Convênios de caráter PÚBLICO são:

WAVE ROCINHA/INCA-RHC	1.350,00
PRO SAÚDE ODONTO 3	4.375,00
CENTRO COLABORADOR	2.800,00
BERKELY	48.820,97
MESTRADO COSEMS	22.382,62
PRO SAÚDE MEDICINA 3	25,20
CAPACITAÇÃO SUS	17.047,00
INCA GESTÃO DA INFORM.	6.600,00
MET. DA AVAL. ECONÔMICA	2.073,45
INCA – HPV	6.242,13
INCA – BVS	8.400,00
INCA – ATIV. EDUCACIONAL	9.953,46
APOIO INST. BSB	32.846,15
POÇOS DE CALDAS	1.575,00
PRODUTORAS DE FUMO	14.575,00
SEGUIMENTO DE MULHERES	1.272,50
RADIOLOGIA E MAMOG.	3.150,00
ESPEC. METRO II	5.930,56
SAÚDE DO TRABALHO II	8.282,00
CAPACITAÇÃO SUS	29.075,64
COLEIRAS IMPREGNADAS	8.100,00
TOTAL	234.876,68

E – RECURSO P/ APL EM PROJETOS/CONVÊNIOS – TAXA

Os Projetos / Convênios de caráter TAXA são:

INST. MEDICINA SOCIAL	11.335,41
FUNDO DE RESERVA	4.000,00
TOTAL	15.335,41

TOTAL RECURSOS P/APLICAÇÃO EM PROJETOS 293.120,19**F – RECURSO DE PROJETOS/CONVÊNIOS – INTERNACIONAIS**

Os Projetos / Convênios de caráter INTERNACIONAL são:

PROJETO/CONVÊNIO	2012	2011
SEXUALIDADE E CULTURA PROC. S/Nº	93.771,03	212.420,57
MOUNT SINAI S/Nº	528.141,21	399,71
ANRS FRANÇA	0,00	11789,62
CLAM III-DOA/CLAM IV DOA10201533-3	42.018,70	274.796,40
EGG STUDY PROC. 3360	273.621,56	17.704,16
RESERVA KENNETH S/Nº	20.957,00	22.031,25
OPAS ROSELY POF7	12,26	0
ATAÚLPHO DE PAIVA	1.601,00	0
TOTAL	960.122,76	539.141,71

G – RECURSO DE PROJETOS/CONVÊNIOS – PRIVADOS

Os Projetos / Convênios de caráter PRIVADO são:

PROJETO/CONVÊNIO	2012	2011
LIVRO ROSENI	446,92	13.829,43
PÓS GRADUAÇÃO	54,98	54,98
DEVOLUÇÃO CÉLIA	270.571,89	30,73
GEAP	40.567,14	38.668,30
TOTAL	311.640,93	52.583,44

**H - RECURSO DE PROJETOS/CONVENIOS - PUBLICO - são:**

PROJETO/CONVENIO	2012	2011
ACS SES PROC. 005/2006	23.872,08	22.760,33
ATENÇÃO AO IDOSO PROC. 767/2006	15,94	41.585,56
MULHERES NA ELEIÇÃO PROC. 25000.076414/2001-20	16.582,00	75.688,18
GPP-RAÇA I 58/2005	11.200,85	12.535,64
PRO SAUDE ODONTOLOGIA BR/LOA/0600115.001	62.667,79	1.504,98
CUIDADORES DE IDOSOS-MT	4.775,42	1.945,70
AVALIAÇÃO PSF - BRLOA0600043001	20.782,75	18.492,21
CURSO MESQ/PL. DIRETOR III BRLOA08000.001	21.233,85	211.315,75
PLANO DIRETOR II BR/LOA/0600027.001	2.078,47	1.304,27
GERENCIAMENTO DE SISTEMAS	10.899,60	4.197,50
TELEMEDICINA INSCRIÇÕES S/Nº	39.996,23	8.880,63
ALIMENTAÇÃO SAUÁVEL III -PROC. 5575/20014	14.222,74	14.222,74
METODOLOGIA AVAL. ECONOMICA	400.800,17	381.752,71
PRO-SAÚDE ENFERMAGEM IIS/Nº	4.272,96	13.197,18
CONFERENCIA DE SAUDE 1792.2007	156,27	5.262,21
EDUCAÇÃO POPULAR 1853.2007	618.356,83	755.082,48
ACD-SES	3.012,22	2.885,95
SAUDE MENTAL PREFEITURA	1.358,82	17.638,49
ATENÇÃO ONCOLOGICA	3.375,70	48.360,27
AIDS NA ENFERMAGEM 142/2007	114.348,27	-329,77
AIDS - PREFEITURA PROC.077/07	37,66	144.482,31
CURSO PARATY-ANGRA S/Nº	198.128,75	28.794,84
AGUA DUPLAMENTE MARCADA 2540/2007	1.165,15	773,74
NESA II PROC. 3486/07	1,45	1,45
TRABALHO INFANTIL PROC. 3120/07	1.836,48	20.746,90
FORD QUALIDADE DA INFORMACAO S/Nº	510,41	-50,86
TOMOGRAFIA BRLOA08000	664.561,53	448,17
AVAL. CURSO GESTAO BRLOA 080034001	6.922,50	11.465,06
PESQUISA RELIGIOSA S/Nº	28.628,20	-448,27
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO S/Nº	0,49	0,49
PREVENÇÃO DO CANCER 210/2006	42.604,29	42.604,29
CIDADE MENINOS PROC. 25.410.0001866/2006-31	118.793,60	35.805,62
INQUERITO ALIMENTAR PROC.1401/2008	5,1	7.896,42
PREVENÇÃO AO INCA	28.127,78	26.437,36
RISCO EXPONENCIAL /AS-1 1475/2005	8.540,06	54.730,45
OPAS SULAMIS-BRLOA0700030.001	12.742,71	234,72
PRO SAUDE ENFERMAGEM BR/LOA/0600122.001	4.213,11	0
PRODUTORAS DE FUMO	25.251,07	5.288,99
INSTITUTO DE NUTRIÇÃO - SMS DC/RJ	13.347,61	17.170,32
SEGUIMENTO DE MULHERES S/Nº	84.654,34	2.148,71
TRAB E EDUC EM SAUDE BRLOA060057.001	70	0
CONSORCIO PSF RIO II S/Nº	15.560,06	12.181,30
OPAS PAULO PICON BRLOA0600232001 / GDE III	68.666,85	496.457,68
RADIOLOGIA E MAMOGRAFIA II	22.951,79	197.284,29
C. ESPECIALIZAÇÃO METRO II	53.583,89	0
TRABALHO INFANTIL 2010	5.115,66	0
SAUDE DO TRABALHO II	196.072,80	6.588,17
FORTAL. CAPACITAÇÃO SUS	136.135,07	57.837,19
JUVENTUDE E RAÇA	1.610,26	0
COLEIRAS IMPREGNADAS	8.100,00	0
GDE+5	88.846,89	0
CANCER DE MAMA PROC. E-08/005.099-0/2000	506,56	10.923,84
CAPACITAÇÃO SUS SC/BRA/017/2006	108.526,28	0
INTEGRALIDADE CNPQ PROC. S/Nº	8.331,39	0
CENTRO COLABARADOR PROC. S/Nº	56.020,56	46.955,06
BERKELY	292.440,97	928.488,92
CONTROLE DO CANCER	1.219,88	3.814,84
PROJETO MESTRADO COSEMS S/Nº	61.923,70	62.078,40
QUAL.TRABALHO REV ITAPERUNA	158,22	122.456,49
DIVERSOS PROJETOS ENCERRADOS EM 2011	0	188.402,04
TOTAL	3.739.922,08	4.170.281,94

**I - RECURSO DE PROJETOS/CONVÊNIOS- TAXA**

Os Projetos / Convênios de caráter TAXA são:

PROJETO/CONVÊNIO	2012	2011
RESERVA SES/ACS	131.381,14	141161,13
INST. MEDICINA SOCIAL S/Nº	83.611,96	497,88
FUNDO DE RESERVA	478.117,20	466.087,91
BRADESCO	15.538,31	55.558,57
PRÓ SAÚDE MEDICINA/P. BRLOA060012802	308.748,96	437.459,29
TOTAL	1.017.397,57	1.100.764,78

J- RECURSO DE PROJETOS/CONVÊNIOS - MISTO

Os Projetos / Convênios de caráter MISTO são:

PROJETO/CONVÊNIO	2012	2011
PETROBRÁS	460.145,55	463.889,75
TOTAL	460.145,55	463.889,75

TOTAL DE RECURSOS DE PROJETOS	6.489.228,89	6.326.661,62
--------------------------------------	---------------------	---------------------

K - SUBVENÇÃO A RECEBER/REALIZAR	2012
Dos projetos em aberto, temos a receber e a realizar o abaixo:	
SUBVENÇÃO PROJETO FUNDAÇÃO ATAÍFO DE PAIVA D	36.503,66
SUBVENÇÃO PROJETO WAVE ROCINHA/INCA-RHC	77.750,00
SUBVENÇÃO PROJETO PRO SAÚDE ODONTO 3	9.000,00
SUBVENÇÃO PROJETO CENTRO COLABORADOR	81.100,00
SUBVENÇÃO PROJETO BERKELY	339.047,08
SUBVENÇÃO PROJETO MESTRADO COSEMS	62.603,00
SUBVENÇÃO PROJETO PRÓ-SAÚDE MEDICINA 3	9.000,00
SUBVENÇÃO PROJETO FORTAL. DOS COMP. REGULADORES	1.448.950,00
SUBVENÇÃO PROJETO INCA-GESTÃO DA INFORMAÇÃO	507.859,00
SUBVENÇÃO PROJETO RESERVA KENNETH	33.985,80
SUBVENÇÃO PROJETO PRÓ-SAÚDE ENFERMAGEM II	9.000,00
SUBVENÇÃO PROJETO SAUDE MENTAL PREFEITURA	239.381,06
SUBVENÇÃO PROJETO INCA - HPV	154.204,00
SUBVENÇÃO PROJETO INCA - BVS	310.267,00
SUBVENÇÃO PROJETO OPAS IPAS	2.200,00
SUBVENÇÃO PROJETO APOIO INSTITUCIONAL BSB	900.000,00
SUBVENÇÃO PROJETO POÇOS DE CALDAS	8.810,00
SUBVENÇÃO PROJETO PESQUISA RELIGIOSA	76.816,56
SUBVENÇÃO PROJETO DOENÇAS CRÔNICAS	11.857,20
SUBVENÇÃO PROJETO PRODUTORAS DE FUMO	10.381,20
SUBVENÇÃO PROJETO CITOTECNOLOGIA	100.000,00
SUBVENÇÃO PROJETO RADIOLOGIA E MAMOGRAFIA II	36.171,34
SUBVENÇÃO PROJETO ATAÍLPHO DE PAIVA	18.221,92
SUBVENÇÃO PROJETO FORTAL. CAPACITAÇÃO SUS	797.965,00
SUBVENÇÃO PROJETO CENTRO DE REFERÊNCIA	753.480,00
SUBVENÇÃO PROJETO GDE+5	162.320,00
SUBVENÇÃO PROJETO TELE SAÚDE MÉDIO PARAÍBA	195.090,98
TOTAL	6.391.964,80



6 – INFORMAÇÕES EXTRA - PATRIMONIAIS

NOTA 01 – INFORMAÇÕES SOBRE SEGUROS CONTRATADOS

- Bradesco Seguro Saúde - As Coberturas foram contratadas e são considerados suficientes pela administração para cobrir os custos com a manutenção da saúde do funcionário, considerando a natureza de suas atividades e a orientações de seus consultores de seguros.

- Seguro de Vida - Destinados aos Participantes (equipe), quando o projeto tem atividades que ofereçam riscos.

Cooperação internacional

As cooperações internacionais consolidadas por esta instituição são realizadas através de concessões onde os critérios de execução e prestação de contas são preparados pelas instituições contratantes.

Concessão de bolsa para produção científica

As bolsas de estudo e de pesquisa oferecidas por esta entidade são caracterizadas como doação, quando recebidas exclusivamente para proceder a estudos ou pesquisas e desde que os resultados dessas atividades não representem vantagem para o doador, nem importem contraprestação de serviços. Com base na Lei nº 9.250, de 1995, art. 26.

Nota 02 – TRATAMENTO CONTÁBIL DAS SUBVENÇÕES RECEBIDAS

1) - **Da União**, adotamos o citado no Artigo 66 do Decreto nº. 93.872, de 23 de Dezembro de 1986. "Art. 66 Quem quer que receba recursos da União ou das entidades a ela vinculadas, direta ou indiretamente, inclusive mediante acordo, ajuste ou convênio, para realizar pesquisas, desenvolver projetos, estudos, campanhas e obras sociais ou para qualquer outro fim, deverá comprovar o seu bom e regular emprego, bem como os resultados alcançados" (Decreto lei) nº. 200/67, art. 93).

§ 1º A prestação de contas de aplicação de subvenção social ou auxílio será apresentada à unidade concedente dentro de 60 dias após a aplicação, não podendo exceder ao ultimo dia útil do mês de fevereiro do ano subsequente ao do recebimento, e será constituída de relatório de atividades e demonstração contábil das origens e aplicações de recursos, referentes ao ano do recebimento, visados por autoridade publica local, observados os modelos aprovados pelo órgão Central do Sistema de Controle Interno.

§ 2º A documentação comprobatória da aplicação da subvenção ou auxílio ficará arquivada na entidade beneficiada, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, durante o prazo de 5 (cinco) anos da aprovação da prestação de contas.

§ 3º A atuação da entidade no cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quanto à prestação de contas, será anotada no respectivo registro cadastral mantido pelo órgão setorial de controle interno.



2) - **Do Estado e Município** - As normas Aplicáveis para os Contratos, Convênios e Acordos com o Estado e o Município, baseia-se na Lei 8.666, de 21/06/93, e suas alterações, do código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (Lei 207/80) e seu regulamento (RGCAF, aprovado pelo Decreto nº 3.221/81), Decreto Municipal nº 19.752 de 05/04/2001 e Decreto Municipal nº 32.508 de 13/07/2010, no que não constarem as sobreditas normas gerais.

NOTA 03 - As Normas Aplicáveis para os Convênios se dará com base nas Instruções Normativas STN Nº 1, De 15 De Janeiro De 1997

Art. 28. O órgão ou entidade que receber recursos, inclusive de origem externa, na forma estabelecida nesta Instrução Normativa, ficará sujeito a apresentar prestação de contas final do total dos recursos recebidos, que será constituída de relatório de cumprimento do objeto, acompanhada de:

I - Plano de Trabalho - Anexo I - fls. 1/3, 2/3 e 3/3;

II - cópia do Termo de Convênio ou Termo Simplificado de Convênio, com a indicação da data de sua publicação - Anexo II;

III - Relatório de Execução Físico-Financeira - Anexo III;

IV - Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferências, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso e os saldos - Anexo IV;

V - Relação de Pagamentos - Anexo V;

VI - Relação de Bens (adquiridos, produzidos ou construídos com recursos da União) - Anexo VI;

VII - Extrato da conta bancária específica do período do recebimento da 1ª parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso;


VIII - cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando o instrumento objetivar a execução de obra ou serviço de engenharia;

IX - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, à conta indicada pelo concedente, ou DARF, quando recolhido ao Tesouro Nacional.

X - cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando o conveniente pertencer à Administração Pública.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2014.


Cid Manso de Mello Vianna
Presidente - CPF 363.085.607-15


Jorge Bernardo Fernandes Bêta
Contador CRC 076174 - RJ
CPF 728.458.567-68

Cid. Manso de M. Vianna
Presidente do CEPESC

Binah Auditores - Membro Leading Edge Alliance
Rua Visconde de Inhaúma, 134 GR. 1022 / 1023
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel. 55+ (21) 2253-5443 CVM nº. 1165-7
www.binahauditores.com.br

Network - firmas membro
São Paulo - SP - Vila Mariana
Fortaleza - CE - Aldeota
Curitiba - PR - Centro
www.LeadingEdgeAlliance.com